



O acesso à justiça na efetivação de novos direitos sociais e ambientais: bens comuns e justiça ambiental

Caroline Ferri Burgel (PIBIC/CNPq), Clóvis Eduardo Malinverni Da Silveira
(Orientador(a))

O presente trabalho aborda o acesso à justiça ambiental e a proteção dos bens comuns ambientais sob a perspectiva da proteção dos chamados "novos direitos", cuja conceituação e contextualização encontram-se em formação, uma vez que requerem a constante atualização do campo teórico em face das novas práticas que resultam em pressão sobre o meio ambiente e a qualidade de vida das populações humanas. Isso ocorre, por exemplo, com o surgimento de novas tecnologias que trazem novos riscos ecológicos e sanitários, colocando em questão o desenvolvimento sustentável do ambiente natural e concreto. É sabido que é necessária a criação de políticas públicas, discussões sobre métodos e processos de manutenção e de uso dos recursos naturais de forma que se possa minimizar os prejuízos causados, ou evitá-los. É com base no princípio moral da solidariedade que se reafirma e enfatiza essa preocupação ambiental, que resulta no dispositivo constitucional de que todos têm o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado. Portanto, discutir os novos direitos ambientais impõe que seja simultaneamente discutido o processo que conduzirá ao alcance efetivo da justiça ambiental, que difere dos moldes processuais aos quais se está habituado o direito privado brasileiro. O direito ao meio ambiente é um direito fundamental, consta na Constituição da República Federativa do Brasil, tem legislação própria de caráter preventivo, de gestão e de atribuição de responsabilidades cíveis, penais e administrativas. Convém, no entanto, aludir à novas formações sociais e às suas consequências sobre o ambiente, questionando como manter um desenvolvimento sustentável dentro de uma sociedade de consumo, com crises institucionais e políticas constantes, desrespeito face às populações tradicionais e grupos/classes desfavorecidos. Assim, de uma ótica socioambiental, a discussão sobre a proteção do meio natural é indissociável da discussão sobre os dilemas de grupos humanos. Preliminarmente, o método utilizado é o da pesquisa bibliográfica exploratória, a fim de aprimorar o problema de pesquisa. Será aplicado um procedimento analítico da legislação, a partir de categorias. A partir da doutrina em direito ambiental e com base na pesquisa legislativa e bibliográfica inserida no projeto de pesquisa coordenado pelo professor orientador - Direito ao ambiente e proteção dos bens comuns no contexto de uma teoria geral dos novos direitos - a ideia é construir um levantamento acerca dos conceitos sobre novos direitos, a abrangência deste conceito e sua relação com a proteção socioambiental. Este levantamento remete a uma avaliação panorâmica sobre os problemas de acesso à justiça, no meio jurisdicional, enfrentados na tutela de direitos coletivos de caráter ambiental e socioambiental.

Palavras-chave: acesso à justiça, novos direitos, bens comuns

Apoio: UCS, CNPq